

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Nota 04.1 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2024, a Advocacia-Geral da União possuía um saldo de R\$ 1,5 bilhões relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 01.1 – Obrigações Contratuais – Composição.

	31/12/2023	31/12/2024	R\$ AH(%)
Serviços (8.1.2.3.1.09.01)	764.170.271,65	945.439.774,68	23,72%
Aluguéis (8.1.2.3.1.10.01)	387.064.211,40	558.087.174,82	44,18%
Fornecimento de Bens (8.1.2.3.1.11.01)	11.699.069,87	13.303.937,90	13,72%
TOTAL	1.162.933.552,92	1.516.830.887,40	30,43%

Fonte: SIAFI 2023 e 2024.

As obrigações contratuais relacionadas a contratação de serviços representam a maioria das obrigações assumidas pela Advocacia-Geral da União ao final de 31/12/2024.

Na tabela 01.2, foi elencado as unidades gestoras executoras da AGU e os respectivos valores das obrigações contratuais na data base de 31/12/2024.

Tabela 01.2 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

	31/12/2024	R\$ AV (%)
110062 - DGEP	8.695.570,90	0,57%
110096 - SAD5R	98.490.742,32	6,49%
110097 - SAD4R	38.752.979,66	2,55%
110099 - SAD3R	127.244.123,86	8,39%
110102 - SAD2R	180.644.709,73	11,91%
110156 - ESAGU	2.897.630,38	0,19%
110161 - SAD1R	405.847.922,87	26,76%
110592 - SAD6R	142.763.618,82	9,41%
110792 - DLGD	511.493.588,86	33,73%
TOTAL	1.516.830.887,40	100,00%

Fonte: SIAFI 2024.

As unidades gestoras 110102, 110161 e 110792 são responsáveis por 72,40% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2024.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Tabela 01.3 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

		R\$	
Contrato	31/12/2024	AV(%)	
110102-015/2024 - PV 1111 EMPREENDIMENTOS S.A.	149.966.052,00	9,89%	
110161-055/2010 - MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	106.687.411,43	7,03%	
110592-005/2024 - CONEDI PARTICIPACOES LTDA	90.816.000,00	5,99%	
110161-001/2022 - G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	83.860.569,84	5,53%	
110792-060/2020 - LALIVE S.A.	65.719.467,33	4,33%	
110792-028/2023 - CLARO S.A.	45.707.037,30	3,01%	
110792-021/2024 - HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	41.571.936,00	2,74%	
110161-043/2021 - G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	40.327.650,64	2,66%	
110792-021/2023 - FIRST DECISION TECNOLOGIAS INOV. E INFORM.	37.144.017,62	2,45%	
110792-059/2020 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	31.282.982,32	2,06%	
Demais Contratos	823.747.762,92	54,31%	
TOTAL	1.516.830.887,40	100,00%	

Fonte: SIAFI 2024.

Em relação aos contratados, PV 1111 EMPREENDIMENTOS S.A., MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CONEDI PARTICIPAÇÕES LTDA, G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA e LALIVE S.A, os quais representam 32,77% do total contratado, relaciona-se no quadro a seguir, as informações qualitativas.

Quadro 01.1 – Contratados – Principais Transações.

Contratado	Contrato	Objeto	Valor Contratado	Vigência Fim
PV 1111 EMPREENDIMENTOS S.A	015/2024	Locação de imóvel, no modelo híbrido built do suit - bts com facilities, para abrigar as instalações da AGU no Rio de Janeiro	149.966.052,00	16/10/2034
MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA	055/2010	Locação do imóvel comercial destinado à instalação e funcionamento das Unidades da AGU em Brasília	314.876.951,64	07/05/2028
CONEDI PARTICIPAÇÕES LTDA	005/2024	Locação de imóvel para abrigar as Unidades da AGU localizadas em Belo Horizonte	91.680.000,00	10/05/2034
G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	001/2022	Prestação de serviços de auxiliar administrativo e assistente administrativo, para atender as Unidades da AGU em Brasília/DF	92.767.828,98	02/10/2026
LALIVE S.A.	060/2020	Contratação de escritório de advocacia para representação perante a justiça Suíça.	68.730.247,00	30/12/2025

Fonte: Contratos.gov.br.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Nota 04.2 – Passivos Contingentes

De acordo com o MCASP 10ª Edição, aprovado parcialmente por meio da Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de dezembro de 2023, item 17; Passivo Contingente é:

- a. *Uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou*
- b. *Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:*
 - i. *É improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou*
 - ii. *Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.*

Ressalta-se a Macrofunção 02.03.36 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – orienta que o registro do Passivo Contingente deve ocorrer:

- a) Sempre que a existência de uma obrigação presente precise ser confirmada pela ocorrência de eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade, deve ser evidenciada a existência de um passivo contingente.
- b) Deve também ser evidenciado um passivo contingente quando, embora a existência da obrigação presente seja certa, não seja possível fazer uma estimativa confiável do seu valor ou não seja provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a obrigação.
- c) Nenhum lançamento deve ser realizado em contas patrimoniais, apenas deve haver evidenciação da existência desses passivos contingentes em notas explicativas e registro em contas de controle:

Quadro 01.1 – Provisão e Passivo Contingente.

A Norma Brasileira de Contabilidade, CTSP 01, de 18 de maio de 2023 indica em seu apêndice 1 a Tabela e Árvore de Decisão para as Provisões e Passivos Contingentes, a seguir:

Quando, em consequência de eventos passados, possa existir uma saída de recursos incorporando benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços na liquidação de:		
(a) uma obrigação presente; ou		
(b) uma possível obrigação cuja existência seja confirmada somente pela ocorrência ou não ocorrência de um ou vários eventos futuros incertos que não são totalmente controlados pela entidade.		
Há uma obrigação presente que provavelmente exige uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou uma obrigação presente que possa, mas provavelmente não irá exigir uma saída de recursos.	Há uma possível obrigação ou uma obrigação presente na qual a probabilidade de uma saída dos recursos é remota.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

A provisão é reconhecida (parágrafo 22).	Nenhuma provisão é reconhecida (parágrafo 35).	Nenhuma provisão é reconhecida (parágrafo 35).
Evidenciações da provisão são necessárias (parágrafos 97 e 98).	Evidenciações do passivo contingente são necessárias (parágrafo 100).	A divulgação não é necessária (parágrafo 100).

No dia 18 de novembro de 2022, a AGU publicou a Portaria nº 68, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais que possam representar riscos fiscais à União, suas autarquias ou fundações públicas.

Salienta-se da necessidade de prestação de informações por parte da Advocacia-Geral da União - AGU para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da LC nº 101/2000 e das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

Na Portaria é estabelecido a classificação de risco de perda das ações em tramitação nos tribunais superiores ou já transitadas em julgado quanto à probabilidade de perda: risco provável; risco possível; e risco remoto.

Ainda, segundo a Portaria Normativa AGU Nº 68/2022, a composição do impacto financeiro dos riscos será:

- I. Nas condenações da Fazenda Pública para pagamento, o resultado da soma dos valores estimados:
 - a) de pagamentos judiciais constituídos pelas parcelas vencidas constantes na condenação judicial transitada em julgado como obrigação de pagar, e
 - b) de pagamentos administrativos constituídos pelas parcelas vincendas na hipótese em que forem previstas pela decisão judicial transitada em julgado como obrigação de fazer
- II. Nas condenações da Fazenda Pública que resultem em perda de arrecadação, o resultado da soma dos valores estimados de redução da arrecadação em virtude do cumprimento de decisão judicial, assim considerados o equivalente à estimativa de arrecadação de 1 (um) ano para o futuro e de 5 (cinco) anos de parcelas pretéritas.
- III. Nas ações de controle concentrado de constitucionalidade, as consequências jurídicas diretamente decorrentes do resultado do processo que impliquem a nulidade ou suspensão de normas arrecadatórias, a extensão de normas desonerativas ou que imponham despesas públicas de caráter continuado que possam ser quantificadas pelos órgãos públicos responsáveis pela implementação.

A estimativa temporal do impacto financeiro das ações judiciais deverá ser elaborada com base no tempo médio para baixa do processo, divulgado no relatório do Conselho Nacional de Justiça - CNJ mais atualizado na data da elaboração das informações. Ao Departamento de Gestão Estratégica compete coordenar a elaboração das informações para compor o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Balanço Geral da União.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Por determinação superior, foi criada uma Unidade Gestora no SIAFI, UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU vinculado ao Órgão 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, para o registro do passivo Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Provável de perda. Já os valores referentes a Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Possível ou Probabilidade Remota de perda, quando mensurados, constaram em notas Explicativas.

Com isso, no dia 03 de agosto de 2020, o Departamento de Gestão Estratégica, por meio da Nota Técnica Nº 00006/2020/DGE/AGU, atualizada pela Nota Técnica n. 0001/2021/DGE/AGU, de 12 de janeiro de 2021, mensurou os valores referente aos Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União, retificando, após ajustes na classificação dos riscos, os valores apresentados na Nota Técnica Nº 00001/2020/DGE/AGU, seguindo os critérios da Portaria nº 68/2020 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme destacado a seguir:

Quadro 01.2 – Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União – PGU (UG 110652)

Risco Fiscal de Ações Judiciais	31/03/2024 (R\$)	31/12/2024 (R\$)	Variação (%)
Probabilidade Provável (2.2.7.9.1.04.00)	246.330.000.000,00	2.800.000.000,00	-98,86
Probabilidade Possível (8.4.1.1.0.00.00)	636.620.000.000,00	0,00	-100,00
Total	882.950.000.000,00	2.800.000.000,00	-99,68

Fonte: SIAFI 2024

Constatou-se que no SIAFI, o saldo em 31/03/2024, era de R\$ 246.330.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis bilhões, trezentos e trinta milhões de reais), referente a Riscos Fiscais de Ações Judiciais com Probabilidade Provável. No entanto, em 31/12/2024 o saldo passou a ser de R\$ 2.800.000.000,00 (dois bilhões e oitocentos milhões de reais), sendo a variação de 99,68%.

Com relação aos Riscos Fiscais de Ações Judiciais com Probabilidade Possível, verificou-se no mesmo sistema, que o saldo em 31/03/2024, de R\$ 636.620.000.000,00 (seiscentos e trinta e seis bilhões e seiscentos e vinte milhões de reais), mas em 31/12/2024 o saldo estava R\$ 0,00 (zero reais), tendo redução integral.

Essas reduções devem-se aos questionamentos da Secretaria de Controle Interno – SCI da AGU, segundo histórico, a seguir:

- A SCI, questionou o porquê: “**dos registros de provisões e passivos contingentes de riscos fiscais judiciais nas demonstrações contábeis da AGU**”. Diante da indagação, ao longo do ano de 2024, a AGU realizou diversas tratativas com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI visando alteração dos procedimentos de lançamento dessas obrigações.
- A Secretaria do Tesouro Nacional – STN iniciou um processo de **registros das provisões e/ou passivos contingentes nas contas contábeis dos próprios Órgãos** que deram causa as obrigações, principalmente, entre os meses de maio, junho e julho/2024, conforme demonstrado na Nota Explicativa do 2º trimestre.
- As mudanças dos registros foram ratificadas pela **Ata do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais realizada em 17/10/2024**.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Nota 04.3 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2023, o Órgão **63000 - Advocacia Geral da União** apresentou um saldo de R\$ 268.384.384,22 (duzentos e sessenta e oito milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e dois centavos) relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2023 e 2024.

Tabela 01.1 – Imobilizado – Composição

	R\$		
	31/12/2023	31/12/2024	AH(%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	259.460.895,86	293.164.722,17	11,50%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. D	157.258.666,94	172.740.094,33	8,96%
(-) redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	0,00%
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	169.474.757,11	204.146.301,58	16,98%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. D	3.292.601,81	996.092,61	-230,55%
(-) redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	0,00%
TOTAL	268.384.384,22	323.574.836,81	17,06%

Fonte: SIAFI-2023 e 2024.

O valor do Imobilizado do Órgão 63000 – AGU, é composto pelo saldo do Ativo Imobilizado das suas Unidades Vinculadas, conforme descrito abaixo:

	R\$
	31/12/2024
- Superintendência de Administração em Pernambuco	40.813.990,84
- Superintendência de Administração no Rio Grande do Sul	98.360.260,85
- Superintendência de Administração em São Paulo	8.720.940,49
- Superintendência de Administração no Rio de Janeiro	38.203.153,21
- Superintendência de Administração no Distrito Federal	104.760.822,69
- Unidade de Administração em Minas Gerais	32.715.668,73
TOTAL	323.574.836,81

Fonte: SIAFI-2024.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão **63000 - Advocacia Geral da União** em 31/12/2024 totalizavam R\$ 323.574.836,81 (Trezentos e vinte e três milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, oitocentos e

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

trinta e seis reais e oitenta e um centavos), e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 01.2 – Bens Móveis – Composição

	R\$		
	31/12/2023	31/12/2024	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	13.719.553,09	16.335.229,29	16,01%
Bens de Informática	180.700.055,72	210.815.726,03	14,29%
Móveis e Utensílios	54.101.368,89	54.655.429,80	1,01%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	6.092.023,78	6.145.024,98	0,86%
Veículos	1.805.063,53	1.664.553,72	-8,44%
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	0,00%
Bens Móveis em Andamento	-	-	0,00%
Bens Móveis em Almoxarifado	-	1.540,00	100,00%
Armamentos	-	-	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	-	-	0,00%
Demais Bens Móveis	3.041.290,85	3.547.218,35	14,26%
Depreciação / Amortização Acumulada	- 157.258.666,94	- 173.736.186,93	9,48%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	0,00%
TOTAL	102.200.688,92	119.428.535,24	14,43%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, **71,91%** referem-se a Bens de Informática, o qual é composto por microcomputadores e outros equipamentos de processamento de dados.

A variação de **-8,44%** ocorrida em Veículos decorre de doações, de bens classificados como inservíveis, conforme Decreto nº 9.373/2018.

1.1.1 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2024 totalizavam R\$ 203.150.208,98 (Duzentos e três milhões, cento e cinquenta mil, duzentos e oito reais e noventa e oito centavos), e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 01.3 – Bens Imóveis – Composição

	Em R\$		
	31/12/2023	31/12/2024	AH(%)
Bens de Uso Especial	169.474.757,11	204.146.301,58	16,98%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	0,00%
Bens Dominicais	-	-	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	-	-	0,00%
Instalações	-	-	0,00%
Demais Bens Imóveis	-	-	0,00%
Benfeitoria em Propriedade de Terceiros	-	-	0,00%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	0,00%
Depreciação / Amortização Acumulada	- 3.292.601,81	- 996.092,60	-230,55%
TOTAL	166.182.155,30	203.150.208,98	18,20%

Fonte: SIAFI 2023, 2024.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 100% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão **63000 - Advocacia Geral da União**, em 31/12/2024.

Tabela 01.4 – Bens de Uso Especial – Composição

	31/12/2023	31/12/2024	Em R\$ AH(%)
Imóveis Residenciais e Comerciais	12.358.263,68	12.358.263,68	0,00%
Edifícios	132.400.207,62	167.453.839,55	20,93%
Terrenos e Glebas	13.707.895,92	13.707.895,92	0,00%
Armazéns e Galpões	4.842.296,37	4.842.296,37	0,00%
Complexos, Fábricas e Usinas	-	-	0,00%
Estacionamento e garagens	36.248,48	36.248,48	0,00%
Salas	6.129.845,04	5.747.757,58	-6,23%
TOTAL	169.474.757,11	204.146.301,58	16,98%

Fonte: SIAFI2023 e SIAFI2024.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do Órgão são constituídos de Edifícios e Terrenos os quais representam 82,07% dos Bens de Uso Especial.

A variação diminutiva de 6,23% em salas refere-se a devolução dos imóveis no valor de R\$ 982.087,46, à Secretária de Patrimônio da União-SPU.

(a) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação, amortização e exaustão de bens móveis e imóveis, no âmbito da Administração Pública Direta da União, tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, quanto aos bens imóveis da União.

O método de depreciação adotado é compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente durante esse período, de modo que ao final o valor residual corresponda ao montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

O método de cálculo dos encargos de depreciação dos bens móveis utilizado pela Advocacia-Geral da União é o das quotas constantes.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados por meio do SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação.

A vida útil dos bens imóveis será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual será estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

(b) Reavaliação e redução ao valor recuperável

A reavaliação e redução ao valor recuperável de bens móveis e imóveis, no âmbito da Administração Pública Direta da União, tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020335, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, quanto aos bens imóveis da União.

No exercício de 2024, a Advocacia Geral da União não identificou qualquer indício de alterações relevantes nos seus ativos que justificassem o registro da reavaliação; e da redução ao valor recuperável, por ter um ativo sofrido perda dos benefícios econômicos futuros. Também não foram efetuados tais registros nos ativos imóveis de posse da AGU.

(b.1) Reavaliação

Reavaliação é a adoção do valor de mercado ou do valor de consenso entre as partes para os bens do ativo. Essa reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil dos bens móveis sofrer modificação significativa, levando-se em conta a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são reavaliados se aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

(b.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Redução ao valor recuperável (*impairment*) é o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, por apresentar valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda.

Informamos ainda, que desde 2020 estamos utilizando no Órgão 63000 – AGU o Módulo Patrimônio do Sistema SIADS – Sistema Integrado de Gestão Patrimonial.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Nota 04.4 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidência de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

A Secretaria do Tesouro Nacional-STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal é responsável, dentre outras competências, pela padronização dos registros contábeis, no âmbito da União.

Desta forma, editou as macrofunções SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações e 020335 –Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, a fim de orientar quanto aos procedimentos a serem observados para realização adequada dos registros, a serem aplicados a partir do exercício de 2010.

Na Advocacia-Geral da União-AGU, os ativos intangíveis, com vida útil definida e indefinida, são compostos na totalidade por softwares e desde 2010 vem sendo reconhecidos como tal, demonstrados em conta contábil específica – Softwares, do Subgrupo Intangível.

Com a perspectiva de implantação, a partir de 1 de janeiro de 2015, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público da União PCASP-União, cujo objetivo, dentre outros, é melhorar a qualidade da informação contábil, com enfoque patrimonial, a fim de adequar as operações do setor público às legislações vigentes, salientando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público-NBCASP e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público-NICSP. A AGU, no exercício de 2014, deu início a apuração da amortização acumulada dos bens intangíveis.

Para o cálculo do valor amortizável foi aplicado o método das quotas constantes e definiu-se o valor residual do ativo intangível com vida útil definida igual a zero, conforme orientado na referida macrofunção SIAFI. Estabeleceu-se ainda que o prazo da vida útil do bem intangível corresponde ao prazo da licença de uso, conforme contrato.

Computou-se a amortização acumulada referente ao período de 2010 a 2014, observando-se as datas de aquisição, dos bens intangíveis e procedeu-se o registro no SIAFI ainda em 2014.

A partir do exercício de 2015, o sistema de controle patrimonial da AGU, na época Sistema Link Data, passou a calcular o valor da amortização mensal e este foi registrado no SIAFI, cujo saldo contábil atual, no valor de R\$ 11.677.809,92 (onze milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e nove reais e noventa e dois centavos), corresponde ao valor calculado até abril/2020, mês de migração do Módulo de Patrimônio para o Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS. O cálculo mensal da amortização foi interrompido, pois esta funcionalidade no SIADS, ainda se encontra em desenvolvimento. O chamado aberto no portal da central de atendimento aos sistemas estruturantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos foi encerrado em 2024, sendo informado que *“o módulo de Intangíveis ainda está em desenvolvimento, apenas a entrada de cadastro está disponível, funcionalidades de alteração, amortização e movimentação não foram implementadas. Dessa forma, ainda não é eficaz o controle de intangíveis pelo SIADS”*.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados na AGU, por se tratar de softwares com licença de uso perpétuo ou desenvolvidos na própria AGU.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Em 31/12/2024 o Órgão 63000 – Advocacia-Geral da União apresentou um saldo de R\$ 13 milhões relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2023 e 2024:

Tabela 1.1 – Intangível – Composição.

	R\$		
	31/12/2023	31/12/2024	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	11.815.450,55	11.815.450,55	0,00%
Software com Vida Útil Indefinida	1.328.371,72	1.336.573,72	0,61%
Amortização Acumulada	- 11.677.809,92	- 11.677.809,92	0,00%
TOTAL	1.466.012,35	1.474.214,35	0,56%

Fonte: SIAFI 2023 e 2024.

No exercício de 2024, pode-se verificar que ocorreram aquisição de software com vida útil indefinida, um acréscimo na ordem de 0,61%, referente a aquisições de licenças de softwares utilizados como facilitador de trabalhos.

No intangível, o montante amortizado de R\$ 11,7 milhões de reais corresponde a 98,84% dos bens intangíveis com vida útil definida, de modo a concluir que os bens adquiridos em exercícios anteriores foram totalmente amortizados.

No intangível com vida útil definida, destaca-se o Software Gerenciador de Banco de Dados Oracle, que é utilizado para armazenamento de diversos tipos de informações em toda a Advocacia-Geral da União, no valor de R\$ 8.990.128,00, que representa 76,09% do item. O valor já foi totalmente amortizado.

Na AGU, somente as Unidades Gestoras 110161/00001 - Superintendência Regional de Administração da 1ª Região e 110102/00001 - Superintendência Regional de Administração da 2ª Região possuem bens intangíveis, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1.2 – Intangível – Por Unidade Gestora.

	31/12/2023	31/12/2024	AV(%)
Software com vida útil definida	11.815.450,55	11.815.450,55	89,84%
110161 - SAD1R	11.815.450,55	11.815.450,55	89,84%
Software com vida útil indefinida	1.328.371,72	1.336.573,72	10,16%
110102 - SAD2R	3.180,00	3.180,00	0,02%
110161 - SAD1R	1.325.191,72	1.333.393,72	10,14%
TOTAL	13.143.822,27	13.152.024,27	100,00%

Fonte: SIAFI 2023 e 2024.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Nota 04.5 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2024, a Advocacia-Geral da União apresentou um saldo em aberto de R\$ 3,72 milhão relacionados a fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, com essas obrigações.

Tabela 01.1 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2023	31/12/2024	R\$ AH(%)
Circulante			
Nacionais	1.355.413,24	3.729.635,91	175,17%
Estrangeiros	-	-	0,00%
TOTAL	1.355.413,24	3.729.635,91	175,17%

Fonte: SIAFI 2023 e 2024.

Na análise horizontal das contas de Fornecedores e Contas a Pagar, destaca-se um aumento no montante das despesas pendentes de pagamento, na ordem de 175,17%, existente no encerramento do exercício de 2024, comparado ao apurado em 2023.

Os fornecedores e contas a pagar do curto prazo se referem aos fornecedores nacionais, representando 100,00% do total a ser pago. Portanto, não houve valores a pagar a fornecedores estrangeiros no encerramento do exercício financeiro de 2024.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2024.

Tabela 01.2 – Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora.

	31/12/2024	R\$ AV(%)
110062 – DGEP	-	0,00%
110096 – SAD/PE	51.788,71	1,39%
110097 – SAD/RS	75.098,70	2,01%
110099 – SAD/SP	281.946,21	7,56%
110102 – SAD/RJ	522.591,25	14,01%
110161 – SAD/DF	109.720,09	2,94%
110592 – UA/MG	4.171,33	0,11%
110792 - DLOG	2.684.319,62	71,97%
TOTAL	3.729.635,91	100,00%

Fonte: SIAFI 2024.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 03 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2024.

Tabela 01.3 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	31/12/2024	R\$ (%)
CLARO S.A.	2.374.484,81	63,67%
LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA S.A.	309.834,81	8,31%
BMC VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	82.731,25	2,22%
Demais	962.585,04	25,81%
TOTAL	3.729.635,91	100,00%

Fonte: SIAFI 2024.

Os 3 fornecedores apresentados representam 74,19% do total a ser pago.

Em 31/12/2024, a Advocacia-Geral da União apresentou um saldo em aberto de R\$ 403.873 milhões relacionados a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar no Curto Prazo.

Tabela 01.4 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - CP.

	31/12/2023	31/12/2024
Pessoal a Pagar	277.182.689,84	394.816.272,91
Benefícios Previdenciários a Pagar	1.210.966,10	2.050.595,72
Banefícios Assistenciais a Pagar	1.201.368,29	1.201.368,29
Encargos Sociais a Pagar	5.485.798,30	5.805.458,12
TOTAL	285.080.822,53	403.873.695,04

Fonte: SIAFI 2023 e 2024.

Em 31/12/2024, a Advocacia-Geral da União apresentou um saldo em aberto de R\$ 888.850 milhões relacionados a Demais Obrigações a Curto Prazo.

Tabela 01.5 – Demais Obrigações a Curto Prazo.

	31/12/2023	31/12/2024
Valores Restituíveis	320.918.320,63	884.531.072,67
Outras Obrigações a Curto Prazo	3.378.621,60	4.318.960,35
TOTAL	324.296.942,23	888.850.033,02

Fonte: SIAFI 2023 e 2024.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Quadro 01.2 – Valores Restituíveis.

CONTA	31/12/2023	31/12/2024	(%)
Consignações			
- PSSS - Vencimentos e Vantagens	-	-	0,00%
- Retenção Previdenciária - FRGPS	1.714.013,54	1.529.129,88	0,18%
- IRRF devido ao Tesouro	-	49.178.718,96	5,65%
- INDENIZACOES E RESTITUICOES DEVIDAS AO	-	-	0,00%
- Impostos e contribuições devidas ao Tesouro	11.178,36	6.777.404,04	0,78%
- ISS	24.214,75	9.659,47	0,00%
- Retenções – Empréstimos e Financiamentos	19.265.117,33	19.866.425,14	2,28%
- Previdência Complementar Servidor Público	6.811.572,82	7.355.314,82	0,84%
- Depósitos Retidos de Fornecedores	70.574,94	530.926,20	0,06%
- Outros Consignatários	-	-	0,00%
Depósitos judiciais			
- Depósitos a efetuar por determinação Judicial	5.253,57	-	0,00%
Depósitos não judiciais			
- Depósitos e Cauções Recebidos	196.484,94	212.684,36	0,02%
- Depósitos de Terceiros	292.819.910,38	785.527.186,07	90,19%
TOTAL	320.918.320,63	870.987.448,94	100,00%

Fonte: SIAFI 2023 e 2024.

Na análise vertical das contas de Valores Restituíveis destacamos, em sua composição, os valores de Depósitos de Terceiros 90,19%, que compreendem a arrecadação dos honorários advocatícios pertencentes ao Conselho Curador de Honorários Advocatícios-CCHA, previstos na Lei nº 13.327 de 29 de julho de 2016, o qual será repassado até o 15º dia útil do mês seguinte.

Na análise horizontal das contas de Valores Restituíveis destacamos o aumento nos valores pendentes de repasse ao CCHA, referente a honorários advocatícios, no mês de dezembro/2024 em relação a dezembro/2023, um aumento na ordem de 168,26%.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Nota 04.6 – Honorários Advocatícios

A Lei nº 13.327/2016, em seu Capítulo XV – Das Carreiras Jurídicas, notadamente, nos arts. 27 e 29, determinou que os honorários advocatícios de sucumbência, das causas em que forem parte a União, Autarquias e Fundações Públicas Federais, pertencem originalmente aos ocupantes dos seguintes cargos:

- I - de Advogado da União;*
- II - de Procurador da Fazenda Nacional;*
- III - de Procurador Federal;*
- IV - de Procurador do Banco Central do Brasil;*
- V - dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

Em conformidade com o teor do art. 33 da citada Lei, foi criado o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), com o objetivo de disciplinar a aplicação das disposições contidas no referido Capítulo XV – Das Carreiras Jurídicas, com as seguintes competências (art. 34):

- I - editar normas para operacionalizar o crédito e a distribuição dos valores de que trata o art. 30;*
- II - fiscalizar a correta destinação dos honorários advocatícios, conforme o disposto neste Capítulo;*
- III - adotar as providências necessárias para que os honorários advocatícios discriminados no art. 30 sejam creditados pontualmente;*
- IV - requisitar dos órgãos e das entidades públicas federais responsáveis as informações cadastrais, contábeis e financeiras necessárias à apuração, ao crédito dos valores referidos no art. 29 e à identificação das pessoas beneficiárias dos honorários;*
- V - contratar instituição financeira oficial para gerir, processar e distribuir os recursos a que se refere este Capítulo;*
- VI - editar seu regimento interno.*

Registre-se que por força dos §§ 5º e 6º do art. 34 e art. 35 da Lei nº 13.327/2016, o CCHA contará com o apoio dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, inclusive o apoio administrativo que ficou a cargo desta AGU, com vistas ao recolhimento e o crédito dos valores discriminados no art. 30, a seguir transcrito. Para tanto foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2016, entre o Ministério da Fazenda e a AGU:

- “Art. 30. Os honorários advocatícios de sucumbência incluem:*
- I - o total do produto dos honorários de sucumbência recebidos nas ações judiciais em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais;*
 - II - até 75% (setenta e cinco por cento) do produto do encargo legal acrescido aos débitos inscritos na dívida ativa da União, previsto no art. 1º do Decreto-Lei no 1.025, de 21 de outubro de 1969;*
 - III - o total do produto do encargo legal acrescido aos créditos das autarquias e das fundações públicas federais inscritos na dívida ativa da União, nos termos do § 1º do art. 37-A da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002.”*

De acordo com o pactuado no Acordo de Cooperação Técnica MF/AGU, CLÁUSULA SEGUNDA - DA SISTEMÁTICA DE CONSOLIDAÇÃO E APURAÇÃO MENSAL a sistemática de consolidação e apuração mensal dos honorários advocatícios que serão vertidos à conta de rateio do Conselho Curador de Honorários Advocatícios - CCHA, em instituição financeira oficial por ele contratada, observará:

- “I - os valores arrecadados por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU no mês de referência serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada por conta específica da Unidade Gestora da*

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

AGU (UG setorial);

II - os valores arrecadados no mês de referência, por meio de Documento de Arrecadação da Receita Federal-DARF, Documento para Depósito Judicial e Extrajudicial - DJE e Guia da Previdência Social - GPS serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada nas subcontas específicas do FUNDAF."

Nesse sentido, em consonância com a CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES, do referido acordo de cooperação, compete a Advocacia-Geral da União, por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Geral de Administração (CGOF/DPOF/SGA), a adoção de providências visando a “[...] proceder ao repasse, à instituição financeira contratada pelo CCHA, dos valores relativos aos honorários advocatícios de sucumbência, nos moldes do inciso I da cláusula segunda, bem como daqueles a que se refere a alínea “b” do inciso I da cláusula terceira”.

Para tanto, a Coordenação de Análise Contábil (CONTA/CGOF/DPOF/SGA), por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), acompanha a movimentação do saldo mensal da Conta Contábil 2.18.81.04.09 – DEPÓSITO DE TERCEIROS, da Unidade Gestora 110060 - Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil, no Conta Corrente tipo: Fonte 01491110060, com vistas a identificar os recolhimentos a títulos de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, decorrentes da atuação da Procuradoria-Geral da União (PGU) e da Procuradoria-Geral Federal (PGF), bem como nos Contas Correntes tipo: Fonte 01491110061, 01491110062 e 01491110063, referentes à arrecadação de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, provenientes da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Com isso, a título de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, foi apurado em 2023 o montante de **R\$ 5.626.570.433,03** (cinco bilhões, seiscentos e vinte e seis milhões, quinhentos e setenta mil, quatrocentos e trinta e três reais e três centavos), conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 01.1 – Total Honorários Advocatícios e Encargos Legais - Composição

Descrição	CCHA	União	Total Arrecadado	AV%
Arrecadação AGU - 13903	612.075.800,72	-	612.075.800,72	10,88%
Arrecadação AGU - 13905	257.222.586,93	-	257.222.586,93	4,57%
Arrecadação AGU - Cta Corrente 1491110060	2.245.201.049,21	1.139.810.219,66	3.385.011.268,87	60,16%
Arrecadação PGFN - Cta Corrente 1491110061	1.025.125.135,81	341.708.378,58	1.366.833.514,39	24,29%
Arrecadação PGFN - Cta Corrente 1491110062	52.411,41	-	52.411,41	0,00%
Arrecadação PGFN - Cta Corrente 1491110063	5.374.850,71	-	5.374.850,71	0,10%
Total Geral	4.145.051.834,79	1.481.518.598,24	5.626.570.433,03	100,00%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

Registre-se que o montante de **R\$ 5.626.570.433,03**, impactaram as seguintes Demonstrações Contábeis desta Advocacia-Geral da União:

- **Balanco Patrimonial** – Ativo - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, e, Passivo - Demais Obrigações a Curto Prazo.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

- **Balanco Financeiro** – Recebimentos Extra Orçamentários - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados;
- **Fluxo de Caixa** – Outros Ingressos das Operações – Ingressos Extra Orçamentários;

Ressalta-se que do total arrecadado em 2024, **R\$ 5.626.570.433,03**, foi repassado um montante de **R\$ 1.481.518.598,24** à União Federal, e a quantia de **R\$ 4.145.051.834,79** ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA, totalizando a quantia de **R\$ 5.626.570.433,03**.

O valor arrecadado no mês de dezembro de 2024, **R\$ 785.910.251,40**, impactou o exercício de 2025, pois foi encaminhado em janeiro de 2025, a quantia de **R\$ 632.842.590,07** ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA, e o montante de **R\$ 153.067.661,33** à União Federal. Além disso, as Ordens Bancárias que foram emitidas em janeiro de 2025, no montante de **R\$ 632.842.590,07**, referem-se aos valores arrecadados em dezembro de 2024, conforme discriminado nas tabelas a seguir.

Tabela 02.1 – Ordens Bancárias enviadas ao CCHA

Mês/Ano Arrecadação	Número OB	Data	Valor	AV%
DEZ/2023	15	17/01/2024	35.708.900,92	0,82%
DEZ/2023	32	17/01/2024	32.067.870,71	0,74%
DEZ/2023	18	17/01/2024	67.473.718,22	1,55%
DEZ/2023	16	17/01/2024	80.771.721,17	1,85%
DEZ/2023	14	17/01/2024	1.864,20	0,00%
DEZ/2023	14	17/01/2024	522.833,79	0,01%
Total Arrecadado em 2023 e enviado 2024			216.024.075,22	4,95%
JAN/2024	31	16/02/2024	18.305.327,38	0,42%
JAN/2024	32	16/02/2024	11.274.416,03	0,26%
JAN/2024	33	16/02/2024	71.331.179,22	1,64%
JAN/2024	34	16/02/2024	89.150.353,44	2,04%
JAN/2024		16/02/2024	-	0,00%
JAN/2024	35	16/02/2024	405.488,78	0,01%
FEV/2024	53	19/03/2024	23.682.552,70	0,54%
FEV/2024	56	19/03/2024	14.995.738,97	0,34%
FEV/2024	54	19/03/2024	78.115.954,15	1,79%
FEV/2024	55	19/03/2024	77.001.141,23	1,77%
FEV/2024	57	19/03/2024	800,49	0,00%
FEV/2024	57	19/03/2024	464.812,69	0,01%
MAR/2024	63	19/04/2024	27.612.462,51	0,63%
MAR/2024	67	19/04/2024	18.044.175,31	0,41%
MAR/2024	64	19/04/2024	78.721.820,97	1,81%
MAR/2024	66	19/04/2024	76.522.880,55	1,75%
MAR/2024		19/04/2024	-	0,00%
MAR/2024	65	19/04/2024	425.388,83	0,01%
ABR/2024	87	21/05/2024	26.376.235,95	0,60%
ABR/2024	89	21/05/2024	36.014.397,80	0,83%
ABR/2024	90	21/05/2024	89.340.604,56	2,05%
ABR/2024	88	21/05/2024	84.359.341,76	1,93%
ABR/2024		21/05/2024	-	0,00%
ABR/2024	86	21/05/2024	403.636,77	0,01%

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

MAI/2024	100	18/06/2024	33.220.566,15	0,76%
MAI/2024	104	18/06/2024	17.193.950,76	0,39%
MAI/2024	101	18/06/2024	86.013.623,01	1,97%
MAI/2024	102	18/06/2024	82.170.916,18	1,88%
MAI/2024	103	18/06/2024	9.132,32	0,00%
MAI/2024	103	18/06/2024	443.189,71	0,01%
JUN/2024	119	18/07/2024	37.420.942,92	0,86%
JUN/2024	120	18/07/2024	24.140.865,83	0,55%
JUN/2024	121	18/07/2024	417.674.958,68	9,58%
JUN/2024	122	18/07/2024	80.367.616,91	1,84%
JUN/2024	123	18/07/2024	20.122,84	0,00%
JUN/2024	123	18/07/2024	472.637,46	0,01%
JUL/2024	136	19/08/2024	34.433.264,63	0,79%
JUL/2024	137	19/08/2024	29.478.678,94	0,68%
JUL/2024	138	19/08/2024	257.640.472,90	5,91%
JUL/2024	139	19/08/2024	85.217.328,33	1,95%
JUL/2024		19/08/2024	-	0,00%
JUL/2024	140	19/08/2024	449.304,04	0,01%
AGO/2024	154	19/09/2024	33.869.960,39	0,78%
AGO/2024	155	19/09/2024	20.959.274,14	0,48%
AGO/2024	156	19/09/2024	228.980.698,01	5,25%
AGO/2024	157	19/09/2024	85.444.351,55	1,96%
AGO/2024	158	19/09/2024	5.265,94	0,00%
AGO/2024	158	19/09/2024	458.770,34	0,01%
SET/2024	170	16/10/2024	33.830.639,23	0,78%
SET/2024	174	16/10/2024	16.811.956,60	0,39%
SET/2024	172	16/10/2024	205.032.624,01	4,70%
SET/2024	171	16/10/2024	82.356.284,54	1,89%
SET/2024	173	16/10/2024	14.538,65	0,00%
SET/2024	173	16/10/2024	414.456,37	0,01%
OUT/2024	202	25/10/2024	38.914.293,62	0,89%
OUT/2024	199	25/10/2024	29.953.017,73	0,69%
OUT/2024	201	25/10/2024	254.628.260,69	5,84%
OUT/2024	200	25/10/2024	107.134.268,21	2,46%
OUT/2024	198	25/10/2024	564,32	0,00%
OUT/2024	198	25/10/2024	445.643,21	0,01%
NOV/2024	207	19/11/2024	34.419.683,61	0,79%
NOV/2024	206	19/11/2024	20.800.721,85	0,48%
NOV/2024	209	19/11/2024	220.511.675,61	5,06%
NOV/2024	210	19/11/2024	87.722.036,48	2,01%
NOV/2024	211	19/11/2024	1.986,85	0,00%
NOV/2024	211	19/11/2024	581.991,07	0,01%
Total Arrecadado e enviado em 2024			3.512.209.244,72	80,54%
DEZ/2024	2	20/01/2025	269.989.871,63	6,19%
DEZ/2024	3	20/01/2025	17.555.392,97	0,40%
DEZ/2024	4	20/01/2025	257.209.177,40	5,90%
DEZ/2024	5	20/01/2025	87.678.616,63	2,01%

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

DEZ/2024		20/01/2025	-	0,00%
DEZ/2024	6	20/01/2025	409.531,44	0,01%
Total Arrecadado em 2024 e enviado 2025			632.842.590,07	14,51%
Total Arrecadado em 2024			4.145.051.834,79	95,05%
Total Geral			4.361.075.910,01	100,00%

Fonte: SIAFI 2023, 2024 e 2025.

Tabela 03.1 – Guias de Recolhimento da União – GRU, enviados a União

Mês/Ano Arrecadação	Número GRU	Data	Valor	AV%
DEZ/2023	800001	17/01/2024	49.871.878,68	3,20%
DEZ/2023	800002	17/01/2024	26.923.907,05	1,73%
Total Arrecadado em 2023 enviado em 2024			76.795.785,73	4,93%
JAN/2024	800003	16/02/2024	52.723.045,51	3,38%
JAN/2024	800004	16/02/2024	29.716.784,48	1,91%
FEV/2024	800005	19/03/2024	57.737.879,16	3,71%
FEV/2024	800006	19/03/2024	25.667.047,07	1,65%
MAR/2024	800007	19/04/2024	58.185.693,76	3,73%
MAR/2024	800008	19/04/2024	25.507.626,85	1,64%
ABR/2024	800009	21/05/2024	43.015.846,64	2,76%
ABR/2024	800010	21/05/2024	28.119.780,59	1,80%
MAI/2024	800011	18/06/2024	41.413.966,64	2,66%
MAI/2024	800012	18/06/2024	27.390.305,39	1,76%
JUN/2024	800013	18/07/2024	201.102.757,88	12,91%
JUN/2024	800014	18/07/2024	26.789.205,64	1,72%
JUL/2024	800015	19/08/2024	124.049.116,58	7,96%
JUL/2024	800016	19/08/2024	28.405.776,11	1,82%
AGO/2024	800017	19/09/2024	110.249.965,71	7,07%
AGO/2024	800018	19/09/2024	28.481.450,51	1,83%
SET/2024	800019	16/10/2024	98.719.411,56	6,34%
SET/2024	800020	16/10/2024	27.452.094,84	1,76%
OUT/2024	800021	25/10/2024	122.598.792,18	7,87%
OUT/2024	800022	25/10/2024	35.711.422,73	2,29%
NOV/2024	800023	19/11/2024	106.172.288,25	6,81%
NOV/2024	800024	19/11/2024	29.240.678,83	1,88%
Total Arrecadado em 2024			1.328.450.936,91	85,25%
DEZ/2024	800001	20/01/2025	123.841.455,79	7,95%
DEZ/2024	800002	20/01/2025	29.226.205,54	1,88%
Total Arrecadado em 2024 enviado em 2025			153.067.661,33	9,82%
Total Arrecadado em 2024			1.481.518.598,24	95,07%
Total Geral			1.558.314.383,97	100,00%

Fonte: SIAFI, 2023, 2024 e 2025.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Nota 04.7 – Sistema de Custos

Introdução

O Sistema de Custos do Governo Federal foi instituído pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 157, de 09 de março de 2011, que define como agentes desse sistema os órgãos centrais e setoriais. Há que se ressaltar que as competências para os órgãos citados estão contempladas na Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011, sem esquecer que desde a Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, por meio dos artigos 85 e 99; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no seu artigo 79; a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 50, § 3º; Lei nº 10.180 de 6 de fevereiro de 2001, no seu art. 15º, essa temática vem sendo tratada.

A busca pelo equilíbrio nas contas públicas tem sido o caminho seguido pelo País rumo ao crescimento da economia. Essa sustentabilidade alcançada leva à adoção de uma política voltada às melhores práticas e a uma gestão eficiente dos recursos públicos. Dessa forma o momento econômico existente no cenário mundial requer avanços qualitativos na administração dos recursos públicos.

Nesse contexto a grande importância de um sistema de custos é dotar os gestores de conceitos gerenciais com o intuito de identificar e mensurar os objetos de custos nas mais diferentes unidades da Administração Pública Federal, com enfoque na avaliação das metas e objetivos previstos em que pese a comparabilidade de serviços prestados por instituições com características semelhantes, bem como constituir base sólida e confiável no processo de elaboração da proposta orçamentária.

No âmbito da AGU não é diferente essa busca pela melhoria iniciou-se pela portaria nº 76 de 16 de fevereiro de 2012, o qual atribuiu a competência de setorial de custos a Secretaria Geral de Administração através da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Metodologia

O **Sistema de Custos** da AGU foi estruturado para extrair os dados da dimensão monetária do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), por meio do Tesouro Gerencial, de forma diária e possibilitando a atribuição dos custos aos objetos.

O objeto de custo adotado pela AGU são as unidades administrativas instaladas no território nacional, de forma que cada custo aferido seja atribuído de forma direta ou indireta a uma unidade. Sendo que as unidades podem ser finalísticas e de suporte. Conforme a estrutura determinada pelo Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023, o qual estabelece estrutura regimental da AGU, sendo:

Unidades Finalísticas:

- Gabinete do AGU;
- Secretaria Geral de Contencioso;
- Consultoria Geral da União;
- Procuradoria Geral da União;
- Procuradoria Geral Federal;

Unidades de Suporte:

- Secretaria Geral de Consultoria;
- Corregedoria Geral da Advocacia da União;
- Escola da Advocacia Geral da União.

Ressaltamos que com a publicação da Lei nº 11.328 de 1ª de janeiro de 2023, o qual aprovou nova estrutura da AGU, a Secretaria Geral de Consultoria deixou de ser unidade finalística e passou a ser

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

unidade de suporte, enquanto a Diretoria de gestão estratégica e a Secretaria Geral de Administração deixaram de ser unidades superiores e foram incorporadas a estrutura da Secretaria Geral de Consultoria.

Na atribuição dos custos identificamos que os custos diretos são facilmente atribuídos a cada unidade, contudo os indiretos, tais como, aluguéis, condomínios, consumo de energia elétrica, vigilância, limpeza e outros, não são facilmente alocáveis, pois temos na mesma instalação mais de uma unidade, o que instigou a necessidade da utilização de um critério de rateio desses custos. Para isso utilizamos os o quantitativo de pessoas ou área utilizada em cada unidade, dados retirados do nosso Programa “Instalações Eficientes e Sustentáveis-IES”, o qual atualiza anualmente a situação de todas as unidades da AGU.

E ainda utilizamos para categorizar os gastos os Planos Internos-PI, que servem para diferenciar os tipos dos gastos, conforme relação abaixo:

PI	Descrição	Tipo	Como é Aplicado	Critério de Rateio
AGU0001	Sistemas de informática	Direto	Departamento de tecnologia da informação	NA
AGU0002	Serviços de jardinagem	Indireto	Rateio entre as unidades	M ² por UGB ocupante
AGU0003	Capacitação recursos humanos - jurídica	Direto	Direto na unidade da eagu demandante	
AGU0004	Serviços de dedetização, desratização e descupinização	Indireto	Rateio entre as unidades	M ² por UGB ocupante
AGU0005	Despesas processuais	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0006	Assistência médica e odontológica	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0007	Assistência pré-escolar	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0008	Auxílio-transporte	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0009	Auxílio-alimentação	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0010	Remuneração de pessoal ativo	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0011	Encargos com inativos e pensionistas	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0012	Benefícios assistenciais	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0013	Expansão do parque computacional	Patrimônio	Não se aplica	
AGU0014	Manutenção de equipamentos de informática	Direto	Departamento de tecnologia da informação	
AGU0015	Aquisição de aplicativos e softwares	Patrimônio	Não se aplica	
AGU0016	Suprimento de informática	Direto	Não se aplica	
AGU0017	Expedição de correspondências	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0018	Ampliação e conservação do acervo bibliográfico	Patrimônio	Não se aplica	

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

AGU0019	Assinaturas de periódicos e anuidades	Direto	Direto na unidade da EAGU demandante	
AGU0020	Ampliação da frota de veículos	Patrimônio	Não se aplica	
AGU0021	Aquisição de mobiliário	Patrimônio	Não se aplica	
AGU0022	Locação de equipamentos de informática	Direto	Departamento de tecnologia da informação	
AGU0023	Manutenção de equipamentos	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0024	Locação de equipamentos de reprografia	Direto	Departamento de tecnologia da informação	
AGU0025	Manutenção de mobiliário	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0026	Aquisição de material permanente	Patrimônio	Não se aplica	
AGU0027	Locação de imóveis	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0028	Reforma de prédios e instalações	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0029	Despesa com condomínios	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0030	Material de consumo e expediente	Direto		
AGU0031	Manutenção de ar-condicionado	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0032	Serviços de vigilância	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0033	Serviços de água e coleta de esgoto	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0034	Publicidade legal e institucional	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0035	Combustíveis e lubrificantes	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0036	Suprimento de fundos	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0037	Passagens e despesas com locomoção	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0038	Diárias	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0039	Outras despesas de terceiros	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0040	Serviços de limpeza	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0041	Serviços de telecomunicações	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0042	Manutenção e conservação de veículos	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0043	Serviços de comunicação de dados	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0044	Serviços de garçom	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0045	Manutenção de elevadores	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

AGU0046	Programa de estágio profissional	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0047	Serviços de portaria	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0048	Serviços de recepção	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0049	Defesa da união no exterior	Direto	Procuradoria-geral da união	
AGU0050	Serviços de operador de reprografia	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU005C	Despesas processuais – custas	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU005H	Despesas processuais – honorários	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU005M	Despesas processuais – multas	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0051	Capacitação recursos humanos – administrativo	Direto	Direto na unidade da EAGU demandante	
AGU0052	Serviços de energia elétrica	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0053	Apoio as ações de informática	Direto	Departamento de tecnologia da informação	
AGU0054	Desenvolvimento de sistemas	Direto	Departamento de tecnologia da informação	
AGU0055	Impostos e taxas em geral	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0056	Rede logica e estruturada	Direto	Departamento de tecnologia da informação	
AGU0057	Serviços de auxiliar de Serviços gerais	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0058	Eventos de treinamento	Direto	Direto na unidade da EAGU demandante	
AGU0059	Manutenção e conservação predial	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0060	Serviços de brigadas de incêndio	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0061	Locação de veículos e/ou cooperativas de taxis	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0062	Serviços de copeiragem	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0063	Serviços de transportadora	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0064	Seguros de veículos oficiais	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0065	Seguros de imóveis	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0066	Confecção e instalação de persianas	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0067	Indenização de auxílio-moradia	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0068	Ajuda de custo	Direto	Direto na unidade	

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

			demandante	
AGU0069	Bolsa auxílio	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0070	Central telefônica	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0071	Serviços de chaveiro	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0072	Instalação de divisórias	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0073	Serviços de telefonista	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0074	Gratificação por Encargo de curso e concurso	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0075	Aquisição de papel	Direto	Não se aplica	
AGU0076	Rateio de despesas	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0077	Despesas sem cobertura contratual	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0078	Despesas com realização de concurso público	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0079	Serviços de consultoria e assessoria técnica	Direto	Direto na unidade demandante	
AGU0081	Suporte a infraestrutura e usuários de ti	Direto	Departamento de tecnologia da informação	
AGU0080	Hospedagem e acesso aos sistemas externos	Direto	Departamento de tecnologia da informação	
AGU0082	Consultoria, treinamento e apoio em ti	Direto	Departamento de tecnologia da informação	
AGU9001	Consumo de material estocado	Direto	Apenas painel	
AGU9002	Depreciação de bens móveis	Indireto	Apenas painel	
AGU9008	Provisão de 13 salário	Indireto	Apenas painel	
AGU9009	Provisão de férias + 1/3	Indireto	Apenas painel	
AGU0084	Despesas com juros, multa e encargos	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante

Situação Atual dos Custos

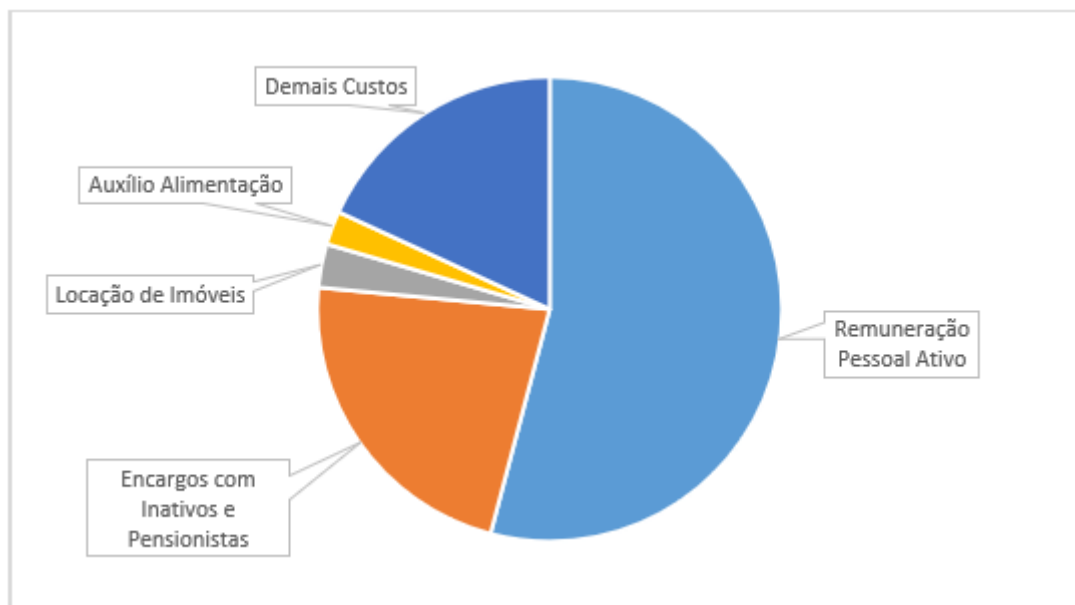
Tabela 1 – Custos por Categoria Econômica

Categoria	2023	2024
Pessoal	3.289.529.083,39	3.208.335.093,90
Custeio Folha	135.882.602,64	143.630.566,05
Custeio	426.173.412,33	448.649.403,69
Depreciação	19.761.623,52	23.320.506,44
TOTAL	3.871.346.721,88	3.823.935.570,08

Fonte: Painel de Custos – 30/01/2025

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

Gráfico 1 – Principais despesas



Destacamos nos custos de 2024 como principais itens:

1. Remuneração de Pessoal Ativo (54,1%)
2. Encargos com Inativos e Pensionistas (22,4%)
3. Demais Custos (18,1%).

Os outros tipos de custos indicados não consolidaram 6%.

Otimização dos Processos

Ressalta-se que, considerando a estrutura das instalações ocupadas pelas unidades da AGU, bem como o custo de manutenção destes através das informações do SIC, alguns questionamentos são oportunos:

- Torna-se possível otimizar o processo de tomada de decisões, tais como renovar a locação do imóvel ou investir na construção de sede própria?
- Reunir unidades semelhantes em um mesmo imóvel ou deixá-las em prédios separados?
- Instalar uma unidade em determinada localidade ou não?
- Reformar um imóvel ou locar outro mais novo?
- Manter contrato com uma ou mais empresas de prestação de serviços no mesmo prédio?
- Manter contrato com uma ou mais empresas de prestação de serviços nos prédios da mesma cidade ou região?
- Em quanto tempo meu investimento geraria retorno/se pagaria diante de determinado custo?
- Diante de estruturas de custos comparáveis, qual unidade é mais eficiente?
- Diante de estruturas de custos comparáveis, onde e como demonstrar aos gestores locais a necessidade de intervenção para melhoria na alocação dos recursos?
- Quais e quanto seriam os custos correntes futuros derivados de um investimento presente?
- As respostas destas questões podem demonstrar o custo de oportunidade e o *payback*.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2024

O Sistema de Custo é de enorme valia para a administração pública, por exemplo, ao dinamizar a Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR), bem assim, na apuração do custo de pessoal de acordo com o custo de cada servidor e sua respectiva lotação conforme a estrutura da AGU.

Reformulação do Painel de Custos da AGU

A Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – DPOF, no ano de 2024, investiu na reformulação do Painel de Custos. Para isso, firmou o Termo de Cooperação Técnica com Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília – UnB.

Esse acordo foi executado pelo Laboratório de Tecnologia da Tomada de Decisão – LATITUDE e tinha por objetivo verificar os procedimentos executados pelo Painel de Custos e, significativamente, atualizá-los e automatizá-los, visando uma efêmera resposta das solicitações ao navegá-lo no site da DPOF.

Por fim, considerando que a efetivação do relacionamento desse instrumento de estatística está em fase de transição final para a Diretoria de Tecnologia da Informação, imprescindível, informar que algumas funcionalidades, por exemplo, números de forma mensal serão customizados ao longo de 2025.